



3°
sebra
mus

**MUSEALIZAÇÃO DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS:
ESTUDO DE CASO SOBRE AS LOUÇAS DO SÍTIO ENGENHO DO MURUTUCU EM
BELÉM-PA**

Amanda Daltro de Viveiros Pina*

***Universidade Federal do Pará**

Resumo: A Arqueologia Histórica e a Museologia trabalham de forma interdisciplinar visando a salvaguarda do patrimônio histórico por meio da musealização. Este artigo, portanto, problematiza conceitos de campo da Museologia aplicados ao contexto arqueológico. Teremos como estudo de caso os vestígios de louça provenientes das escavações do Sítio Engenho do Murutucu. Com base nesse material, poderemos colaborar com os debates sobre processos de musealização e analisar uma possível musealização voltada às louças arqueológicas em território amazônico.

Palavras-chave: Museologia; Arqueologia Histórica; Amazônia; Engenho do Murutucu.

Abstract: Historical Archaeology and Museology work together to improve the historical heritage through a different musealization of archaeological objects. This article aims to study concepts from the theory of Museology applied to the archaeological context. We will have a case study about tablewares excavated in the *Sítio Escola Engenho do Murutucu*/ Brazil. From the tablewares of this site we can observe the possible musealization of these objects in the Amazon territory.

Keywords: Museology; Historical Archaeology; Amazon; Engenho do Murutucu.



Introdução

A Museologia é um campo de conhecimento interdisciplinar e dialoga frequentemente com diversas outras áreas, dentre elas, a Arqueologia. Ambas as disciplinas trabalham em prol da salvaguarda do patrimônio histórico, porém, precisamos problematizar de que forma a Museologia pode pensar no conceito de musealização aplicado especificamente para objetos arqueológicos. Os remanescentes materiais em louça exumados do Sítio Engenho do Murutucu servirão como estudo de caso para pensarmos a musealização de forma diferenciada para materiais arqueológicos.

O presente artigo inicia-se com a articulação e problematização de conceitos ligados à Museologia, tendo como objetivo colaborar com este campo de conhecimento, a partir da análise de seus conceitos teóricos e práticos. Validando sua natureza autônoma e independente, no sentido de criar-se e recriar-se livremente no tocante à sua linguagem e técnicas profissionais (LIMA, 2013, p. 383).

Os museus são considerados instituições públicas que promovem ações educativas em prol dos bens arqueológicos, demonstrando a clara conexão entre Arqueologia, sociedade e Museologia. Neste enfoque, em parceria com a Museologia, a Arqueologia poderá vislumbrar uma maior democratização do patrimônio e do conhecimento produzido em laboratório, partilhando os resultados advindos de diversas pesquisas que circundam a cultura material estudada (BRUNO, 2014, p. 5 e CÂNDIDO, 2005, p. 78).

A base para nosso estudo de caso encontra-se ancorada em uma produção de iniciação científica (PIBIC/CNPq) o qual foi produzido durante o período de 2013 a 2016, referente especificamente às louças exumadas do Sítio Histórico e Arqueológico Engenho do Murutucu. Esta produção científica está vinculada ao Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos¹.

Foi desenvolvida uma ampla pesquisa bibliográfica direcionada à conceitos amplamente utilizados no campo da Museologia em consonância com conceitos ligados à Arqueologia e à



3º sebra mus

Antropologia, dentre eles: o conceito de musealização, patrimônio histórico, ressignificação e cultura material. A pesquisa em questão foi a serviço da crítica que tecemos acerca do tratamento diferenciado para objetos arqueológicos quando falamos no conceito de musealização.

Aliada às bibliografias, realizou-se a etapa laboratorial para a devida coleta de informações advindas da louça. A fase de laboratório teve início com a realização da lavagem, separação e numeração de todas as peças. Posteriormente, ocorreu a análise das louças observando seus atributos morfológicos e tecnológicos (ZANETTINI, 1986, p. 120). Após a catalogação das peças, planilhas e gráficos foram montados. Por fim, analisaremos os dados mais significativos e os pensaremos de acordo com conceitos relacionados à cultura material (PINA, 2016, p. 5).

O processo de musealização destes objetos será tratado por meio de uma visão crítica. Utilizaremos diversos autores que trabalham com o conceito de musealização para então aplicá-los ao contexto arqueológico, levando em consideração o objetivo deste trabalho: contribuir com o campo teórico e prático da Museologia no tocante a objetos arqueológicos (BRUNO, 2014, p. 5 e LIMA, 2013, p. 381).

Por conseguinte, teremos um tópico intitulado o ciclo das louças, que abordará o objeto material em si, por meio de um esquema didático e explicativo. Iremos explicar as etapas deste processo e demonstraremos de que forma a musealização das louças do Sítio Engenho do Murutucu pode ser efetivada.

A pesquisa dentro do Sítio Engenho do Murutucu mostra-se também importante para a história da Amazônia, pois elucidará importantes fases do período colonial e “pós-colonial” a partir de estudos dos remanescentes materiais coletados no sítio. Estamos falando de algo inovador quando nos referimos a louças em solos amazônicos, sobretudo estudos acerca de uma possível musealização diferenciada para objetos arqueológicos. As críticas produzidas podem colaborar com os debates no campo da Museologia e da Arqueologia. Por essas



3º sebra mus

razões, este artigo torna-se importante para acadêmicos oriundos do campo da Museologia e da Arqueologia.

Como proposta de musealização, trouxemos a sugestão de uma exposição de peças em louça advindas do Engenho do Murutucu atrelada ao Projeto de Extensão já existente como parte do Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos. Através da exposição, teremos o alicerce para a efetiva musealização das louças, inter-relacionando a teoria e a prática museológica (LOUREIRO, 2009, p. 108).

Musealização de objetos arqueológicos

Um campo de conhecimento é constituído a partir de um processo histórico com o objetivo de alcançar autonomia, juntamente com a fixação de suas bases teóricas e práticas. De acordo com Diana Farjalla Correia Lima “a condição independente ou autônoma, exatamente e de modo exclusivo, é o elemento que distingue e define um campo” (LIMA, 2013, p. 51).

O campo da Museologia vem firmando suas bases como conhecimento científico há pouco mais de meio século, portanto, pode ser considerado um campo relativamente novo e que necessita delimitar constantemente suas “linhas invisíveis” no meio científico e também no território acadêmico (LIMA, 2013, p. 50).

A Museologia legitima-se como conhecimento científico de diversas formas (LIMA, 2013), dentre elas: sua linguagem própria, universalizada para pessoas que trabalham no âmbito dos museus; especialistas na área, com formação acadêmica; teorias e práticas museológicas, desenvolvidas de forma dinâmica e ainda em construção; delimitação de seu objeto de estudo² (LOUREIRO, 2009, p. 106).

O objeto não pode ser encarado apenas como algo material, físico e palpável. Quando enxergamos as diversas etapas que aquele objeto passou, percebemos o porquê de ele ter sido



3º sebra mus

criado daquela forma, coma aquele aspecto físico e suas adaptações, analisando além de sua aparência palpável.

Os objetos não são apenas apetrechos, constituem a cultura de cada sociedade que os utiliza. Não são manipulados apenas para fins utilitários ou com funções pré-estabelecidas, podem mudar de função com o passar do tempo e adaptarem-se à época em que vivem. O significado os objetos é uma construção, porém, não podemos delimitá-lo apenas à uma análise formal. Torna-se primordial pesquisar sobre “a vida social” dos objetos, do seu processo social, envolvendo sua fabricação, uso, valorização, reaproveitamento, descarte ou possível musealização (APPADURAI, 2008, p. 15).

Ao analisarmos as diversas interfaces do objeto material, passaremos então a falar de um conceito ligado ao campo da Museologia denominado “musealização”:

[...] a operação de tentar extrair, física ou conceitualmente, algo de seu ambiente natural ou cultural para dá-lo um *status* museal, transformando-o em *musealium* ou *musealia*, ‘objeto de museu’, ao fazê-lo entrar no campo do museal [...]. Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas que é levado a dar um testemunho autêntico sobre a realidade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 26 e 28).

Ao pensarmos nesta definição, a musealização seria o processo, enquanto a museália seria o objeto dentro do museu. Esta gama de processos infocomunicacionais acontece através de procedimentos ligados à seleção, aquisição, conservação, documentação, pesquisa e comunicação dos objetos que adentraram ao contexto museológico (LOUREIRO, 2015: 122).

O objeto, para tornar-se museália, precisa perpassar por etapas de documentação, atrelados a conhecimentos de conservação para a devida preservação da peça. As pesquisas são essenciais para que o museu possa, por meio da museografia, exercer seu papel de veículo informacional.

Precisamos esclarecer que existem diversos autores que abordam o conceito de musealização das mais variadas formas. Alguns cunham este termo para denominarem uma gama de processos; outros o utilizam para elucidar que o objeto torna-se automaticamente



3º sebra mus

museológico, sem precisar passar por todos os processos. Portanto, ao utilizarmos o termo “musealização”, estaremos utilizando especificamente os trabalhos de autores como: Diana Lima, André Desvallées, François Mairesse, Martin Schärer e Maria Lúcia Loureiro.

Nas palavras de Diana Lima, a musealização: “diz respeito ao processo que abrange o juízo/atitude – eivado de significações, de conteúdo simbólico – em facetas [...] capazes, também, de ajustarem-se em movimentação permanente” (LIMA, 2013, p. 51). Portanto, esse processo não está somente limitado às condições físicas do objeto (documentação, conservação, seleção, aquisição), mas também adentra ao seu campo simbólico, cheio de significados que podem ser modificados com o tempo e/ou a partir do olhar de interlocutores diversos.

Os atores sociais atribuem ao objeto uma carga de valor simbólico (não estritamente econômico), portanto, aquele objeto deve ser guardado, preservado, patrimonializado. Para Diana Lima, o objeto sofre a musealização e:

Assim, dota-o de teor museológico, colocando-o sob tutela especializada para a proteção e guarda: a salvaguarda para preservação. O procedimento instaurado pela Revolução Francesa e a Patrimonialização ou institucionalização dos bens que se solidificou na seara dos Museus ao longo dos séculos seguintes, especificamente por volta da segunda metade do século XX e com feição de sentido similar denomina-se Musealização (LIMA, 2012, p. 40).

A partir do conceito de musealização, podemos pensá-la voltada a peças arqueológicas, tendo em vista sua possível musealização através de um objeto dotado de um significado que pode ter sofrido modificações durante o seu “ciclo de vida”.

Ao consultarmos Maria Cristina Oliveira Bruno, nos deparamos com o seguinte conceito: “[...] pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica” (BRUNO, 2014: 7). Portanto, acreditamos que após a exumação e pesquisa das peças encontradas nos trabalhos arqueológicos, podemos verificar



3º sebra mus

que esses objetos estão diretamente vinculados a uma catalogação a partir da função e forma do objeto, advindos das pesquisas arqueológicas e posteriormente podem participar de um processo de ressignificação, perpassando por uma possível musealização.

Diana Lima (LIMA, 2013: 390) exemplifica em um de seus artigos, os processos de musealização conjuntamente com uma mudança de estado deste objeto para um contexto museológico. De acordo com a autora em questão, os objetos vão de um “Estado comum à museália”, sendo a simbolização uma força que mudaria o sentido do objeto, para este ser musealizado:

A força da simbolização transmuda o sentido de uma coisa qualquer do nosso mundo para significar um objeto musealizado, o mesmo que museália. O novo status integra-o à coleção, ao acervo, caracteriza-o inserido no campo museológico (LIMA, 2013, p. 390).

Ao pensarmos em objetos arqueológicos, devemos destacar que esse material não está sendo integralizado ao museu por ser um objeto qualquer e estar envolto no que chamamos de museália. Este objeto está sendo integralizado à instituição museológica justamente por já ser um objeto diferenciado e que, por lei, deve ser preservado, guardado e conservado.

Quando citamos Martin Schärer abordando musealização, passamos por uma grande problematização ao tratarmos objetos arqueológicos, pois, para este autor:

[...] no processo de musealização, o espírito original e o contexto social íntegro das coisas desaparecem [...] Uma coisa musealizada tornou-se algo diferente de sua realidade anterior, embora seja fisicamente idêntica ao que era (SCHÄRER, 2009, p. 88, tradução: Diana Lima).

Não podemos esquecer que, no contexto arqueológico, o contexto do objeto já desapareceu desde o seu desuso/descarte. O material arqueológico perpassou por diversas realidades antes de chegar efetivamente ao museu. Houve a perda de seu contexto anterior, quando feita a sua fabricação, porém adquiriu-se um novo contexto, no caso, a museália. Porém, entre a escavação do objeto até ele se tornar museália, neste interim, o material arqueológico já é considerado, pela legislação, como patrimônio histórico. Daremos



continuidade ao nosso pensamento acerca do patrimônio com Desvallées e Mairesse em Conceitos Chaves de Museologia:

O campo mais complexo que constitui a problemática da transmissão – o campo patrimonial – induziu, nos últimos anos, uma reflexão mais precisa sobre os mecanismos de constituição e de extensão do patrimônio: a patrimonialização. Para além da abordagem empírica, numerosas pesquisas atualmente tentam analisar a instituição, a fábrica do patrimônio, como a resultante de intervenções e de estratégias enfocando a marcação e a sinalização (enquadramento) [...] (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 75 e 76).

Primeiramente, devemos pensar que os objetos arqueológicos já são patrimônio da nação de forma instantânea, desde o momento em que foram achados em escavações arqueológicas, feitas de forma legal ou até mesmo as ilegais. Neste trabalho, abordamos o conceito legal de patrimônio histórico para enfatizarmos a necessidade do tratamento conceitual diferenciado dos objetos arqueológicos no contexto museológico. Esse material está devidamente protegido através de legislação específica, como podemos ver no Art. 1º e 4º do Decreto-Lei n. 25 de 1937 e no Art. 2º da Lei n. 3924 de 1961:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

Art. 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmios”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico,

Portanto, quando nos referirmos sobre a musealização de objetos arqueológicos, devemos considerar que a patrimonialização deste tipo de objeto não decorre da musealização



3º sebra mus

em si, mas sim de lei vigente em território brasileiro que trata da guarda e da conservação destes conjuntos de bens móveis e imóveis vinculados à fatos memoráveis da História do Brasil. Ao conceituarmos a palavra “Patrimônio”, também nos deparamos com uma conceituação específica, voltada aos objetos arqueológicos como patrimônios independentemente de sua musealização. Como exemplo, traremos a seguir o conceito de Patrimônio difundido pela UNESCO:

os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência (UNESCO, 1972).

Portanto, de acordo com a UNESCO, objetos arqueológicos estão inseridos como bens culturais, ou seja, patrimônio cultural, portanto, são considerados patrimônio de forma intrínseca e instantânea. Cabe ao Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico (IPHAN) zelar por esses bens e mantê-los preservados para as gerações vindouras.

A ideia de tratar a musealização de uma forma mais específica não acontece apenas no contexto de objetos arqueológicos, podemos pensar em outros tipos de objetos que entram no museu já patrimonializados, como por exemplo, os objetos paleontológicos ou os patrimônios imateriais. Vale ressaltar que existe a imposição legislativa sobre o que é patrimônio, porém, quem valora e escolhe o que considera patrimônio são as pessoas. Portanto, relações de poder atravessam essa relação assimétrica, pois a legislação impõe os tipos de patrimônios que devem ser considerados.

Estudo de caso: as louças do sítio engenho do murutucu em Belém-PA

O sítio histórico e arqueológico Engenho do Murutucu localiza-se na Estrada do Ceasa, no bairro do Curió Utinga em Belém do Pará, e foi um dos principais engenhos de açúcar e água ardente da região amazônica desde meados do século XVII. (PINA 2016: 1).

O Engenho do Murutucu entrou em ruínas no ano de 1850 e deixou de exercer funções. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – IPHAN em 08 de



3º sebra mus

outubro de 1981 e, a partir desta data, passou a ser conhecido como Sítio Histórico Engenho do Murutucu. Atualmente, o referido sítio é propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), porém, o uso e exploração do sítio está em negociação, para que estes sejam passados à Universidade Federal do Pará (UFPA), visando fomentar a pesquisa acadêmica (COSTA, 2015: 4).

Por ser um sítio de extrema importância para a região amazônica, diversas intervenções arqueológicas já aconteceram ali. As intervenções anteriores aconteceram entre os anos de 1986 e 2000.

Os remanescentes materiais coletados nas escavações de 1986, 1996-97 e 2000 encontram-se no acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em seu laboratório destinado aos estudos de Arqueologia Histórica. Dentre os remanescentes coletados podemos encontrar vários tipos de materiais como louças, vidros, metais e cerâmicas.

A partir de 2014 o Sítio Histórico Arqueológico recebeu o Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos que vem sendo coordenado pelo professor Dr. Diogo Costa (PPGA/UFPA) e tem como objetivo a coleta de remanescentes da cultura material de diversos grupos sociais que viveram no Engenho do Murutucu. O projeto teve, até então, a duração de três anos (2014, 2015 e 2016), tendo a sua última escavação acontecido em Julho de 2016. A base de todos os dados utilizados em nosso estudo de caso encontra-se em uma produção de iniciação científica (PIBIC/CNPq) (PINA, 2016: 1) produzida durante o período de 2013 - 2016, referente especificamente aos atributos morfológicos e tecnológicos das louças exumadas do Sítio Histórico e Arqueológico Engenho do Murutucu.

De forma específica, as louças são símbolos de um período intenso na produção de artefatos voltados ao consumo de alimentos sólidos, consumos de alimentos líquidos, bibelôs, dentre outros objetos que demonstravam certo *status* social, dando aos seus proprietários algum diferencial no que tange à demonstração de poder econômico em meados do século XVI, estendendo-se inclusive aos dias contemporâneos (LIMA, 1997: 131).



3º sebra mus

Em um primeiro momento, torna-se válido destacar que as louças podem ser consideradas cultura material, portanto, são objeto direto de estudo da Arqueologia Histórica juntamente com a Museologia. Ambas as disciplinas apresentam caráter interdisciplinar, dialogando frequentemente em assuntos voltados ao patrimônio, ao estudo de remanescentes dos mais diversos tipos de cultura material e também quando tratamos de conservação, guarda ou eventual descarte de objetos arqueológicos.

Partiremos da união de todas as planilhas que documentaram as louças retiradas do Engenho do Murutucu, para uma identificação conjunta do material em louça. Analisaremos os dados em sua totalidade para então conseguirmos chegar a resultados específicos envolvendo o seu uso, grafismo, significado, sua ressignificação e também a possível musealização dos objetos em louça encontrados no Sítio Engenho do Murutucu.

Quanto às formas das louças, percebemos que mais de 40% dos fragmentos de louça exumados do Sítio Engenho do Murutucu têm relação com fragmentos de pratos. Vale ressaltar que as louças não podem ser compreendidas apenas pelo seu papel funcional, devemos considerar também o seu significado, intrínseco à matéria em si, lembrando que este significado é dinâmico, sofre mudanças ao longo dos anos. A dinamicidade deste significado está diretamente relacionada à ressignificação das louças que será tratada mais profundamente no decorrer deste artigo (LIMA, 1995: 143).

Quanto às pastas das louças, percebemos que os fragmentos encontrados em maior número são as Faianças Simples e as Faianças Finas, ambas procedentes da Europa. A faiança simples teve sua produção iniciada anteriormente à produção da faiança fina, sendo a faiança fina um aprimoramento da técnica de fabricação utilizada na produção da faiança simples, portanto, torna-se importante observar que no período de ocupação do Sítio Engenho do Murutucu não havia a produção nacional deste tipo de louça, por conseguinte, tanto a faiança simples quanto a faiança fina eram importadas da Europa diretamente para o Brasil, especificamente para Belém do Pará (PINA, 2016: 5).



3º sebra mus

Com a reprodução em grande escala, os grafismos presentes nas louças de faiança fina disseminaram-se rapidamente por diversos locais, atravessando continentes e afetando diretamente o dia a dia dos diversos consumidores que as adquiriam. Particularmente no Brasil, a utilização das louças foi impulsionada a partir do momento que a família real portuguesa se mudou para o Brasil, trazendo consigo novos modelos e padrões de comportamento da elite europeia. O objeto não era mais apenas um objeto, simbolizava um processo de urbanização, um estilo de vida, transmutava-se em signos de distinção social (SYMANSKI, 2002: 48).

Quanto às cores encontradas nos fragmentos de louça provenientes do Engenho do Murutucu, podemos perceber que a cor predominante nas peças analisadas é a cor azul, aparecendo em mais de 50% dos fragmentos de louça analisados. Juntamente com a técnica, a coloração é um elemento de extrema importância para podermos mensurar uma datação aproximada daquele fragmento de louça, pois algumas cores tiveram o seu surgimento posterior, portanto, podemos aproximar seu período inicial de utilização com maior precisão.

As louças, encaradas como objetos da cultura material podem ser consideradas agentes materiais sobre os indivíduos que dela se utilizam. A agência de objetos está presente em diversos campos, como por exemplo, no campo utilitário, estando estritamente ligado ao uso do objeto. Ao perpassarmos pelo campo utilitário, podemos nos deparar com o campo simbólico, analisando de que forma a utilização das louças no campo utilitário estaria reverberando significados e significações aos seus usuários (MILLER, 2013: 66; LIMA, 2011: 12 e MENESES, 1983: 112).

Ao falarmos de louças, devemos elucidar que o conceito de cultura material está vinculado diretamente como correlato ao conceito de “Patrimônio” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2010: 121). Levando em consideração os pensamentos de Maria Lucia Loureiro:

Os estudos de cultura material abordam o mundo das coisas materiais como uma das forças que constituem a sociedade e desempenham um papel mnemônico que não se limita a aspectos puramente simbólicos. Em outras



3º sebra mus

palavras, objetos não são meros elementos do mundo, subordinados exclusivamente à experiência e interpretação do sujeito pensante (LOUREIRO, 2015, p. 121).

Portanto, ao estudarmos a cultura material, compreendemos que existe, de fato, uma agência dessa materialidade na interpretação do sujeito pensante que está interagindo com o objeto. As interpretações podem ser diversas, portanto, o objeto carrega consigo o material e o imaterial, de forma dinâmica, mudando com o passar dos anos e também a partir do olhar daquele que o vê e o percebe como objeto simbólico. Durante a vida social deste objeto, especificamente das louças, percebemos a agência dessa materialidade sobre a vida de seus usuários (LIMA, 2011: 12).

O ciclo da louça: Da produção à musealização

Elucidaremos a “vida social” da louça, desde a sua fabricação, venda e comércio, uso primário (exercendo a função que foi designada), o seu descarte, sua recuperação/ativação por meio do trabalho do arqueólogo e, por conseguinte, a sua possível musealização. Vale ressaltar que não são todas as louças produzidas que passam por esse ciclo, o contingente de material produzido não pode ser comparado ao número de peças que são encontradas nas escavações e ressignificadas posteriormente. Iremos focar nas louças advindas do Engenho do Murutucu, porém, este ciclo pode ser utilizado com as devidas ressalvas quando formos falar de louças originadas de diferentes contextos.

Essa possível musealização seria consolidada a partir de processos ligados à documentação, conservação, acondicionamento e preservação das peças em louça. Após os procedimentos de musealização, poderíamos analisar a viabilidade de expor as louças ao público, para concluirmos o processo infocomunicacional museológico (LOUREIRO, 2015: 121).

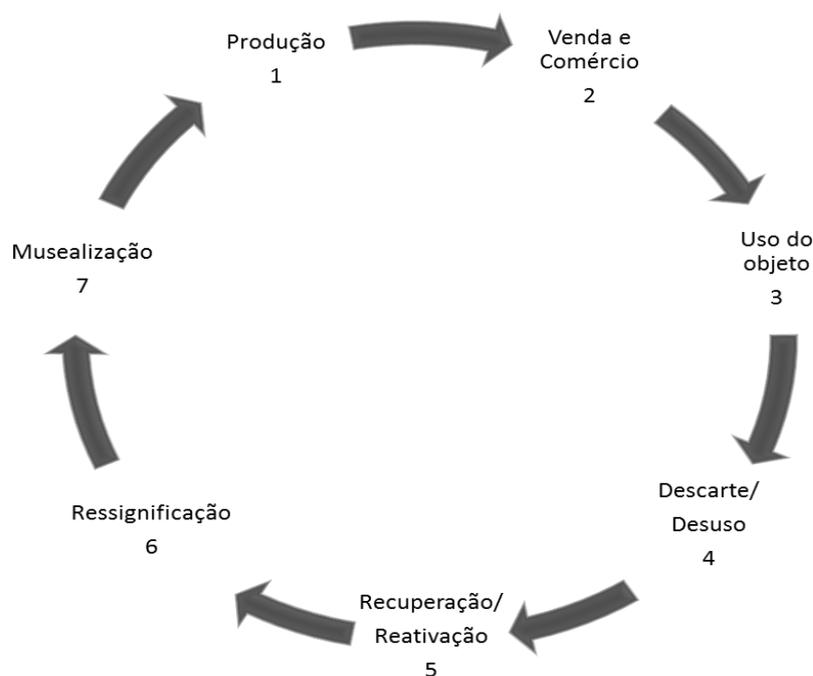


Figura 1: Ciclo relativo às louças desde a sua produção até a sua musealização.

Primeiramente tivemos a produção da louça, confeccionada desde meados do século X (no caso das porcelanas) e meados do século XVI (no caso das faianças). As porcelanas começaram a ser produzidas e comercializadas na China em meados do século X e eram cobiçadas por terem uma qualidade incrível em razão de sua produção seguir padrões rígidos e por sua pasta ser completamente uniforme.

Houve então a venda progressiva, fomentando o comércio dessas louças para diversas partes do mundo. Com o início da revolução industrial conseguimos perceber um grande aumento no contingente de louças produzidas, portanto, os mercados ultramarinos puderam ser explorados de forma exponencial. Localidades além-mar europeu conseguiram receber diversos tipos de louças (faianças, porcelanas e grês) fruto do comércio ultramarino. Uma dessas localidades é o Brasil, por conseguinte, Belém do Pará.



3º sebra MUS

O uso das louças estava ligado ao âmbito doméstico, elas eram utilizadas como utensílios do cotidiano (as mais simples) ou para celebrações e ocasiões especiais (as mais elaboradas). O posterior descarte das peças acontecia em virtude de impactos mecânicos que faziam o material despedaçar-se, perdendo seu uso e função original. Ressaltamos que existem diversas formas de abandono de objetos materiais registrados no âmbito arqueológico. Falando especificamente das louças, podemos observar que seu descarte/desuso pode acontecer por diversos fatores inerentes à peça em si (PINA, 2016: 15).

Quando as peças são encontradas por profissionais da Arqueologia, percebemos que essas peças passam por uma reativação de seu sentido como objeto, portanto, perpassamos pelo processo de musealização. Estamos dando às peças encontradas uma camada de significação, pois levamos em consideração que o objeto não está mais sendo utilizado para fins domésticos, portanto, passamos a lidar com um artefato arqueológico recuperado. Lembrando que, cabe ao IPHAN zelar e salvaguardar este artefato protegido por lei.

As peças, depois de encontradas, passam por uma ressignificação, modificam o seu significado, seu uso e sua função. Não são mais encaradas como peças de utensílio doméstico, agora são consideradas patrimônio cultural, que deve ser protegido e salvaguardado. Podemos acrescentar que, não são todos os materiais que perpassam por todas as etapas da Figura 1, como por exemplo as peças que são descartadas logo após o seu fabrico.

Por fim, as louças, também possuem uma vida social que remonta desde a sua produção, perpassando por sua recuperação em escavações arqueológicas e, por fim, sua possível ressignificação tanto dentro dos museus, adquirindo uma forma de “aura” museal (perpassando pela musealização), quanto na sua possível ressignificação simbólica, por meio de sua reprodução em acessórios como roupas, joias, sapatos, dentre outros diversos tipos de suporte. Percebemos que com o passar do tempo, o objeto modifica seus significados.



3º sebra mus

Temos um significado atrelado ao uso doméstico; de forma posterior, apresenta o significado de artefato arqueológico, quando encontrado em contexto; após sua coleta e pesquisa, “veste-se” de seu significado museal, tornando-se objeto museológico.

Partiremos agora para a análise da possível musealização das louças do Sítio Histórico Engenho do Murutucu. As louças, como objeto arqueológico, pertencente ao conceito de patrimônio cultural, conseqüentemente são consideradas bens culturais. De acordo com a Lei 11.906/2009:

Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, Lei 11.906/2009 – IBRAM, 2009b).

A musealização dos artefatos em louça do Engenho do Murutucu aconteceria de acordo com os processos já elencados da musealização, respeitando: a conservação, pesquisa, documentação, preservação dos objetos e também incluiria uma exposição acerca desses artefatos, um dos principais momentos da musealização, levando em consideração a comunicação. Não podemos deixar de mencionar que os objetos arqueológicos já são patrimônio protegido por legislação específica e não sofreram o processo de patrimonialização apenas quando se tornaram objetos de museu, pois são patrimonializados a partir do momento que são retirados do solo.

Em se tratando especificamente de objetos arqueológicos, portanto, louças, sua função original já foi modificada desde o seu descarte. Quando este objeto arqueológico chega ao museu, tem função de patrimônio, eivado de significados oriundos de grupos formadores da sociedade brasileira. Após o trabalho do arqueólogo na tentativa de encontrar artefatos e reativar seus sentidos como objetos, estes mudam sua função. A louça arqueológica é patrimônio da nação e não mais um utensílio doméstico.

Para pensarmos efetivamente na musealização das louças do Engenho do Murutucu, devemos torná-la palpável e real. Vinculado ao projeto original³, temos um Projeto de



3º sebra mus

Extensão chamado: Arqueologia e o Público no Engenho do Murutucu que visa estabelecer visitas guiadas no próprio Sítio, para os diversos públicos (acadêmicos e não acadêmicos) interagirem com o patrimônio cultural presente no espaço. A possível exposição das louças estaria ligada ao projeto de extensão citado, podendo acontecer dentro das escolas, para o público escolar ou até mesmo dentro do próprio complexo do Engenho do Murutucu, havendo a musealização in situ e fazendo deste sítio, um museu. Transformar o Engenho em museu é uma ideia que poderá ser executada futuramente.

Os museus existem para servir à sociedade, esta é a sua função social. “Assim como a conquista da leitura de um texto se faz dispensar a figura alheia que leria para nós, a exposição também mostra sua eficiência ao criar formas de comunicação e dispositivos de reflexão sem tutela” (RAMOS, 2004: 5). Os museus têm uma:

[...] dupla missão [...] em relação à preservação física e acesso ao patrimônio cultural. Comprometidos com a salvaguarda de bens para o futuro e, simultaneamente com seu acesso e uso no presente, os museus necessitam enfrentar esse dilema (LOUREIRO, 2015, p. 101).

Cabe ao museu servir como centro de divulgação de conhecimento científico, através de suas exposições (expografia), pois tendo uma dupla missão, a de informar e a de preservar, deve balancear da melhor forma possível a inter-relação entre público e objetos de museu. Vale ressaltar que a comunicação é, para diversos autores, o principal momento da musealização (LIMA 2013; Loureiro 2009).

Considerações finais

Tendo como base o que foi exposto neste artigo, aplicamos o conceito de musealização no contexto arqueológico com o intuito de tratarmos de forma diferente o conceito de musealização em relação aos objetos arqueológicos. Pensar nesse processo de forma crítica e mais específica para diferentes contextos, tendo em vista que os artefatos já são patrimônio desde a sua exumação e não são objetos ditos “comuns”. Devemos voltar o nosso olhar para



3º sebra mus

objetos que adentram ao espaço museológico já patrimonializados, como por exemplo, os objetos paleontológicos.

A discussão aqui exposta não se restringe apenas ao contexto arqueológico, ela é uma discussão conceitual sobre o processo de musealização de objetos específicos. A partir do estudo de caso das louças do Engenho do Murutucu, conseguimos esclarecer de que forma é possível a musealização dos objetos arqueológicos, porém, não podemos nos fechar apenas ao estudo de caso. O conceito base de pensar em uma musealização específica vai além do contexto arqueológico. Precisamos expandir o conceito de musealização e pensá-lo a partir de contextos específicos. Não podemos pensá-lo a partir de uma visão generalista, pois seus processos dependerão do objeto, do conteúdo e conseqüentemente do contexto que estamos lidando.

Parte importante para na contribuição da Museologia para a Arqueologia seria a utilização no campo arqueológico dos preceitos museológicos no que tange a conservação, salvaguarda e documentação. Não podemos olvidar o fato de que a Museologia trará para os acervos arqueológicos a possibilidade de mostrar este acervo para os mais diversos tipos de público, havendo a musealização diferenciada no que tange contextos diferenciados. A exposição das peças do Engenho através do Projeto de Extensão “Arqueologia e o Público no Engenho do Murutucu” é uma importante etapa para concretizarmos a musealização das louças, pois a informação e comunicação constante na exposição é um dos principais focos para a musealização. Através da exposição, uma ressignificação ou re(leitura) será feita pelo público que frequenta o museu, tendo em vista a sua experiência museal individual.

NOTAS

¹ Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) coordenado pelo Prof. Dr. Diogo Menezes Costa, Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.



² Os cursos acadêmicos de Museologia proliferam-se por todo o território nacional, contribuindo essencialmente para aumentar as bibliografias sobre teorias museológicas. Especificamente em contexto amazônico, a Universidade Federal do Pará é a única instituição federal da região Norte que oferta o curso de Graduação em Museologia, inaugurado no ano de 2009. Tendo como base a avaliação do Ministério da Educação (MEC), O referido curso já formou diversos profissionais museólogos e está entre os melhores cursos de Museologia do país. Este artigo é fruto do curso de Museologia do Norte e pretende colaborar com conhecimentos acerca da teoria museológica aplicada à objetos arqueológicos na Amazônia.

³ Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos

3^o
sebra
mus

Referências

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói, RJ, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa**, Brasília DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Rio de Janeiro/DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm> . Acesso em: 18 Jan. 2018.

_____. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Artístico e Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. **Presidência da República**, Rio de Janeiro/DF, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 02 Mar. 2017.

BRUNO, Maria Cristina O. Musealização da Arqueologia: Caminhos Percorridos. **Revista de Arqueologia**. Volume 26. No 2. 2013 / Volume 27. No 1. 2014. São Paulo, 2014.

CÂNDIDO, Manuelina M. D. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 18, n. 21, Santa Catarina.2005.

COSTA, Diogo M. **Relatório Final da Campanha de Julho de 2014. Sítio Arqueológico Histórico Engenho do Murutucu**. Belém, PA: UFPA, 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.) **Conceptos claves de Museología**. Paris: ICOFOM/ Armand Colin. 2010. Disponível em: <<http://icom.museum/professional-standards/conceptos-claves-de-museologia/>>. Acesso em: 07 Out. 2016.

LIMA, Diana F. C. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan-abr. 2012.



LIMA, Diana F. C. **Musealização:** um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 42, n. 3, p. 379-398, set./dez., 2013.

LIMA, Diana F. C. **Museologia, Campo Disciplinar da Musealização e Fundamentos de Inflexão Simbólica:** ‘Tematizando’ Bourdieu para um convite à reflexão. *Museologia & Interdisciplinariade*, v. 11, n.4.2013.

3^o
sebra
mus

LIMA, Tania A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Museu Paulista/USP**, São Paulo. v.3. 1995.

LIMA, Tania A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1. 2011.

LOUREIRO, Maria L. N. M. Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar. **MAST Colloquia. Vol. 11. Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas**. Rio de Janeiro. 2009.

LOUREIRO, Maria L. N. M. Objeto, Informação e Materialidade: Esboço de Pesquisa em Curso. **Revista Museologia e Patrimônio**. Organização: Marcus Granato. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. p. 120-140. 2015.

MENESES, Ulpiano. B. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. In: **Revista de História**. No. 115 (nova série) USP, SP, 1983.

MILLER, Daniel. Teoria das Coisas. In: **Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

PINA, Amanda. D. V. A Louça do Sítio Escola Engenho do Murutucu. **Relatório de Bolsa PIBIC/CNPq**. UFPA. Belém, Pará, 2016.

RAMOS, Francisco R. L. **A Danação do Objeto: O Museu no Ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

SCHÄRER, Martin. Things + ideas + musealization = heritage a museological approach. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1. 2009.

SYMANSKI, Luís. C. P. **Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil**. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**, ed. by Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore. Buenos Aires, ediciones del Tridente, 2002.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. 1972**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/convention/>>. Acesso: em: 02 mar. 2017.

ZANETTINI, Paulo. E. Pequeno Roteiro para Classificação de Louças Obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos. **Arqueologia**, v.5, Curitiba, 1986.